



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE OPERAÇÕES AÉREAS - SOAR/CAOP/DIREX/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 4198974/2017-SOAR/CAOP/DIREX/PF

Processo nº 08200.006970/2017-21

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada no serviço de fornecimento de refeição de bordo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. As refeições serão compostas com os produtos, e fornecidas em quantidades estimadas, na tabela abaixo.

Grupo	Item	Descrição/ Especificação	Quantidade Estimada	Unidade	Valor Estimado
1	1	ÁGUA MINERAL COM GÁS - GARRAFA 500 ML	1200	Unidade	R\$ 2,79
	2	ÁGUA MINERAL SEM GÁS - GARRAFA 500 ML	3000	Unidade	R\$ 1,79
	3	BARRA CEREAL – BARRA 22 G	2000	Unidade	R\$1,74
	4	CAFÉ DA MANHA (BREAKFAST), CARDÁPIO COMPOSTO POR PRATO QUENTE, FRIOS E QUEIJOS, FRUTAS EM CUBO, BOLINHO (40G), PÃO DE LEITE (25G), IOGURTE (90G), MANTEIGA (10G), GELEIA DE FRUTAS (15G), AÇÚCAR (5G), ADOÇANTE (0,5G) E KIT TALHER DESCARTÁVEL	1000	Unidade	R\$ 12,22
	5	CAFÉ PRETO - CONTAINER DE 2 LITROS	300	Unidade	R\$ 14,62
	6	FRUTA – PÊRA	700	Unidade	R\$ 1,75
	7	FRUTA – MAÇÃ	700	Unidade	R\$ 1,75
	8	FRUTA – BANANA	700	Unidade	R\$ 0,53
	9	GELO - PACOTE 4 KG	1000	Unidade	R\$ 6,36
	10	HANDLING (TAXA ENTREGA)	400	Unidade	R\$ 31,55
	11	REFEIÇÃO QUENTE COMPOSTA POR PRATO PRINCIPAL (CARNE, FRANGO, PEIXE OU MASSA) E ACOMPANHAMENTO, SALADA, MOLHO PARA SALADA (18G), SOBREMESA, PÃO DE LEITE (25G), MANTEIGA (10G), QUEIJO PROCESSADO (20G) E KIT TALHER DESCARTÁVEL	1500	Unidade	R\$ 33,12
	12	KIT LANCHE COMPOSTO POR COOKIE (32G), MINI WAFER (30G), BISCOITO DOCE (11,5G), BISCOITO SALGADO (9G), BOLINHO (40G), TORRADA (15G), AMENDOIM (30G), PÃO DE LEITE (25G), MANTEIGA (10G), GELEIA DE FRUTAS (15G), SUCO DE FRUTA (200 ML) E KIT TALHER DESCARTÁVEL	500	Unidade	R\$ 19,40
	13	REFRIGERANTE (NORMAL/ZERO) - LATA 350 ML	2000	Unidade	R\$ 3,62
	14	SANDUÍCHE COM FILÉ BOVINO	800	Unidade	R\$ 7,76
	15	SANDUÍCHE COM FILÉ DE FRANGO	600	Unidade	R\$ 5,53
	16	SANDUÍCHE COM SALAME, FRIOS E/OU QUEIJOS	600	Unidade	R\$ 5,28
	17	SUCO DE FRUTAS (NORMAL)- CAIXA 1 L	400	Unidade	R\$ 7,08
	18	SUCO DE FRUTAS (LIGHT)- CAIXA 1 L	400	Unidade	R\$ 8,33
	19	SUCO DE FRUTAS - CAIXA 200 ML	1000	Unidade	R\$ 1,97
	<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>		<b>R\$ 138.055,00</b>		

**2. DA JUSTIFICATIVA**

2.3. Da motivação da contratação:

2.3.1. A Coordenação de Aviação Operacional - CAOP é uma unidade aérea que tem como uma de suas atribuições prestar apoio operacional às demais unidades policiais da Polícia Federal – PF, em todas as regiões do País e, eventualmente, a outros órgãos públicos em missões oficiais.

2.3.2. Por ser uma unidade de pronto emprego, as tripulações das aeronaves podem ser acionadas nos mais diversos horários diurnos e noturnos, em qualquer dia, inclusive finais de semana e feriados.

2.3.3. Em missão que exija voos longos ou cujo planejamento não preveja o desembarque para refeições é necessário levar a bordo provisões suficientes para alimentar a tripulação e os passageiros que não puderem desembarcar, por questão de segurança ou de urgência própria da missão.

2.3.4. Certas missões policiais ou de apoio a outros órgãos públicos exigem, ainda, a manutenção do sigilo do deslocamento, sendo necessário evitar que entre as paradas para reabastecimento da aeronave ocorram desembarques para alimentação em locais de acesso ao público.

2.4. Dos benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:

2.4.5. A alimentação em intervalos regulares é um dos fatores de bem estar da tripulação e dos passageiros que, eventualmente, não possam desembarcar durante trajetos longos, contribuindo assim para a segurança do voo e o sucesso da missão.

2.5. Da conexão entre a contratação e o planejamento existente:

2.5.6. A CAOP tem como atividade-fim prestar apoio às unidades da PF e a outros órgãos públicos, não havendo, portanto, como precisar o número de acionamentos no período de vigência do contrato e, por consequência, o número de refeições de bordo que serão consumidas.

2.5.7. As quantidades fixadas neste Termo de Referência tiveram como base o consumo verificado durante os períodos de vigência do contrato nº 08/2015 - COAD/DLOG/PF. Utilizou-se a mesma expectativa de consumo do contrato nº 08/2015, tendo em vista que existem duas aeronaves ERJ 145 em conjunto, atualmente, com a mesma previsão de atuação para o ano seguinte, além das outras aeronaves listadas no quadro do item 2.3.4. Ainda, utilizou-se apenas o supramencionado contrato para a expectativa de consumo em razão do mesmo ter vigido de junho de 2015 até abril de 2017.

2.5.8. A quantidade estimada de alguns produtos foi ajustada em razão da verificação do consumo em anos anteriores, levando-se em conta, contudo, que durante a vigência do contrato 08/2015-COAD/DLOG/PF, em especial o ano de 2016, houve aumento considerável na quantidade de voos e missões das aeronaves, o que impactou para o aumento do consumo de alguns itens de comissária.

2.5.9. O Quadro abaixo especifica as aeronaves que irão operar durante a vigência do Contrato e o número de tripulantes:

QUADRO DEMONSTRATIVO DA FROTA DA CAOP E DE SUAS TRIPULAÇÕES		
Quantidade	Aeronave	Tripulação
02	Avião Embraer ERJ 145	14
02	Avião Cessna Gran Caravan	04
01	Avião Beechcraft King Air A350	03
01	Helicóptero AW139	04
04	Helicóptero Esquilo	16

2.5.10. A tabela abaixo expressa a quantidade de produtos consumidos durante a vigência do contrato nº 08/2015 - COAD/DLOG/PF, ano a ano.

PRODUTO	QUANTIDADE UTILIZADA NO CONTRATO 08/2015 (DE JUNHO A DEZEMBRO DE 2015)	QUANTIDADE UTILIZADA NO CONTRATO 08/2015 (DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016)	QUANTIDADE UTILIZADA NO CONTRATO 08/2015 (DE JANEIRO A ABRIL DE 2017)
ACHOCOLATADO	0	0	0
ÁGUA MINERAL COM GÁS	269	732	238
ÁGUA MINERAL SEM GÁS	1509	2928	845
BARRA DE CEREAL	682	1054	296
CAFÉ DA MANHÃ	344	518	169
CAFÉ PRETO - CONTAINER 2L	48	67	34
PÊRA	185	298	98
MAÇÃ	261	358	129
BANANA	244	452	166
GELO - PACOTE 4KG	253	443	147
TAXA DE ENTREGA (HANDLING)	107	182	53
KIT LANCHE	321	691	283
REFEIÇÃO (ALMOÇO E JANTAR)	472	863	343
REFRIGERANTE (LATA 350ML)	903	1569	446
SANDUÍCHES DIVERSOS	838	1649	592
SUCO DE FRUTAS - CAIXA 1L	196	312	59
SUCO DE FRUTAS - CAIXA 200ML	416	632	301

2.5.11. A tabela abaixo mostra a quantidade total de produtos consumidos durante a vigência do contrato nº 08/2015 - COAD/DLOG/PF.

PRODUTO	TOTAIS ACUMULADOS - CONTRATO 08/2015
ACHOCOLATADO	0
ÁGUA MINERAL COM GÁS	1239
ÁGUA MINERAL SEM GÁS	5282
BARRA DE CEREAL	2032

CAFÉ DA MANHÃ	1031
CAFÉ PRETO - CONTAINER 2L	149
PÊRA	581
MAÇÃ	748
BANANA	862
GELO - PACOTE 4KG	843
TAXA DE ENTREGA (HANDLING)	342
KIT LANCHE	1295
REFEIÇÃO (ALMOÇO E JANTAR)	1678
REFRIGERANTE (LATA 350ML)	2918
SANDUÍCHES DIVERSOS	3079
SUCO DE FRUTAS - CAIXA 1L	567
SUCO DE FRUTAS - CAIXA 200ML	1349

## 2.6. Do agrupamento dos produtos:

2.6.12. As refeições de bordo são: almoço, jantar e lanches intermediários acompanhados de bebidas, água, frutas ou outro produto normalmente servido a bordo de aeronaves. Todos os produtos são fornecidos no aeroporto por empresa especializada em serviço de Catering, credenciada pela administradora do aeroporto. A divisão dos produtos em itens não traria vantagens à concorrência, pela impossibilidade de contratação por diferentes empresas. O quadro de produtos discriminados no objeto deste Termo de Referência serve apenas para a fixação dos preços das refeições de bordo e de produtos complementares.

## 2.7. Da natureza continuada do serviço:

2.7.13. O fornecimento de refeições de bordo assegura a regular operação das aeronaves, tendo em vista que a alimentação dos tripulantes e dos passageiros em situações especiais é um fator essencial no planejamento do voo, sobretudo em missões distantes da sede em Brasília/DF ou quando a tripulação permanece em sobreaviso, pronta para decolagem. Neste sentido, o serviço pode ser considerado como de natureza continuada.

## 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.8. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

3.9. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.10. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.11. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.11.14. A solicitação será formalizada por servidor indicado pela Contratante, por mensagem eletrônica encaminhada à Contratada no endereço por ela fornecido, até às 21:00 horas do dia anterior em relação a data de decolagem do voo. Em caso de urgência, a solicitação poderá ser efetivada por meio de telefonema, desde que seja confirmada posteriormente por escrito, através de mensagem eletrônica.

4.11.15. O prazo final para entrega é de 1(uma) hora de antecedência ao horário programado do voo, que será informado à licitante conforme o item acima.

4.11.16. O tripulante que receber as refeições assinará recibo ou ordem de serviço emitida pela Contratada para fins de comprovação.

4.11.17. Uma via do recibo ou da ordem de serviço será encaminhada à Contratante junto com a Nota Fiscal, ou antes, de sua entrega, para fim de acompanhamento do fiscal do contrato.

## 5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.12. A demanda do órgão tem como base a seguinte característica:

5.12.18. O serviço a ser contratado consiste no fornecimento de refeição de bordo no Aeroporto Internacional de Brasília/DF, ou em outro local, no interior do mesmo Aeroporto, onde a aeronave possa estar, em qualquer dia da semana e em qualquer hora do dia ou da noite, conforme produtos e quantidades constantes nas solicitações.

## 6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.13. Os produtos especificados no item 1 deste Termo de Referência, que compõem as refeições de bordo, serão embalados conforme padrões utilizados na aviação comercial e deverão estar em boas condições para o consumo humano e dentro do prazo de validade especificado nas embalagens, quando houver.

**7. VALOR DA CONTRATAÇÃO**

7.14. O valor total estimado da presente contratação é de **R\$ 138.055,00** (cento e trinta e oito mil, cinqüenta e cinco reais) obtido por meio de pesquisa de preços realizada a partir dos parâmetros de forma combinada previstos nos incisos II e IV do art. 2º da IN nº 3, de 20 de abril de 2017, da qual se adotou o menor dos valores obtidos, conforme previsto no §2º do art. 2º da referida IN.

**8. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA**

8.15. Os licitantes deverão apresentar documento emitido pela administradora do aeroporto informando que estão aptos a prestar o serviço de fornecimento de refeição a bordo no aeroporto de Brasília.

**9. DO LOCAL DE ENTREGA**

9.16. As refeições de bordo serão entregues no hangar da Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal (CAOP), localizado no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, Setor de Hangares, Aviação Geral, Hangares 13/14, CEP 71608-030 - Lago Sul – Brasília – DF ou em outro local, no interior do mesmo Aeroporto, onde a aeronave possa estar.

**10. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**

10.17. A execução dos serviços será iniciada após publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União.

10.18. As refeições de bordo serão recebidas:

10.18.19. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e das quantidades contidas na solicitação.

10.18.20. Os produtos serão rejeitados de pronto se contiverem sinais visíveis de deterioração, data de validade vencida, em quantidade diferente da solicitação ou estejam embalados inadequadamente.

10.18.21. Caso, após o recebimento, fique constatado que algum produto não esteja em boas condições para o consumo ou as quantidades e especificações não correspondam à solicitação, o servidor que recebeu as refeições comunicará ao fiscal do contrato para os devidos ajustes na nota fiscal/fatura.

10.19. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.20. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.21. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.22. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.23. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista

11.24. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.25. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

**12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.26. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.27. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.28. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.29. Substituir, às suas expensas, no total, obrigatoriamente e imediatamente o produto entregue quando este se apresentar impróprio para o consumo durante o período de validade;

12.30. Receber as solicitações das refeições via telefone e/ou e-mail, entregá-las em embalagens adequadas e no horário previsto de acordo com os pedidos efetuados;

- 12.31. Atender aos chamados com eficiência;
- 12.32. Permitir o acesso da Contratante às instalações da Contratada;
- 12.33. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.34. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.35. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 12.36. Identificar na nota de entrega o nome e a matrícula do tripulante, bem como o prefixo da aeronave, colhendo a assinatura do respectivo solicitante, quando da entrega dos produtos;
- 12.37. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.38. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.39. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.40. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.41. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.42. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.43. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.45. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.46. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação;
- 12.47. A inadimplência da Contratada com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Contratante nem poderá onerar o objeto da contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;
- 12.48. Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes do orçamento, devidamente aprovado pela Contratante;
- 12.49. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- 12.50. Submeter à fiscalização da Contratante, quando solicitado, os serviços executados e refazer os serviços considerados inadequados pela Contratante;
- 12.51. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 12.52. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação.

## 13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 13.53. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 14.54. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 15.55. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

- 15.56. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.57. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.58. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
- 15.59. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.60. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.61. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.62. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.63. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.64. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.65. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 16.65.22. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.65.23. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.65.24. Fraudar na execução do contrato;
- 16.65.25. Comportar-se de modo inidôneo;
- 16.65.26. Cometer fraude fiscal;
- 16.65.27. Não mantiver a proposta.
- 16.66. A Contratada ao cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 16.66.28. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para a Contratante;
- 16.66.29. Multa:
- 16.66.29.1. Moratória de até 0,2% (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplada, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 16.66.29.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 16.66.29.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplada.
- 16.66.30. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a POLÍCIA FEDERAL, pelo prazo de até dois anos;
- 16.66.31. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 16.66.32. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
- 16.67. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 16.67.33. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.67.34. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.67.35. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.68. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a

Lei nº 9.784, de 1999.

16.69. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

16.70. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 17. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.71. A Contratada deverá observar o disposto no artigo 6º, da Instrução Normativa nº 01/2010SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

17.72. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do contato será comunicado pela Contratante aos órgãos fiscalizadores do Distrito federal e da União.

## 18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.73. Não é permitida a divulgação dos serviços prestados pela Contratada sem prévia anuência da Contratante, bem como passarão a fazer parte da Polícia Federal quaisquer informações geradas a partir da execução dos serviços contratados;

18.74. O presente Termo de Referência será vinculado ao contrato, como condição de execução dos serviços; e

18.75. A Contratante será a responsável por dirimir os casos omissos ou não previstos neste Termo de Referência.

Brasília/DF, 03 de outubro de 2017.

ELABORADO POR:

**Wellington Rodrigues Xavier**  
**Agente de Polícia Federal**  
**Classe Especial**  
**Matrícula 7228**

CONFERIDO POR:

**JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC**  
**Delegado de Polícia Federal**  
**Chefe do Serviço de Manutenção de Aeronaves -Substituto - SMAN/CAOP/DIREX/PF**

Aprovo o presente Termo de Referência a fim de atender às necessidades da CAOP, devidamente justificadas no item 2, de acordo com o inciso II e §1º do art. 9º do Decreto nº 5.450/2005.

**WELLINGTON SOARES GONÇALVES**  
**Delegado de Polícia Federal**  
**Coordenador de Aviação Operacional**



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON RODRIGUES XAVIER, Agente de Polícia Federal**, em 03/10/2017, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC, Chefe de Serviço - Substituto(a)**, em 04/10/2017, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON SOARES GONÇALVES, Coordenador(a)**, em 06/10/2017, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4198974** e o código CRC **A80EAE42**.

**Referência:** Processo nº 08200.006970/2017-21

SEI nº 4198974